



## **Investimentos do PRODETUR na Cidade de Santa Luzia do Itanhy: uma visão socioeconômica e ambiental**

*PRODETUR Investments in the City of Santa Luzia do Itanhy: an environmental and socioeconomic Approach*

*Las inversiones de PRODETUR en la ciudad de Santa Luzia Itanhy: una visión socioeconómica y ambiental*

Luiz Carlos Santana Ribeiro<sup>1</sup>  
Klázia Kate Salomão<sup>2</sup>  
Joab Almeida Silva<sup>3</sup>

### **Resumo**

No Brasil, em especial no âmbito acadêmico, as discussões sobre turismo começaram a ganhar corpo há pouco mais de duas décadas, no entanto, na esfera governamental ainda não amadureceram a ponto de se adotar estrategicamente o turismo como um setor de importância significativa numa agenda de desenvolvimento. No início da década de 1990 é instituído no Brasil o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) dirigido à região Nordeste com objetivo, dentre outros, de induzir o desenvolvimento econômico pelo turismo. Em 2008, o PRODETUR passa a ter abrangência Nacional, podendo atender todos os estados e cidades com mais de 1 milhão de habitantes. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar os investimentos do PRODETUR no município de Santa Luzia do Itanhy-SE, identificar os potenciais turísticos do município e traçar estratégias para o desenvolvimento econômico local por meio do turismo, observando o controle do uso dos recursos naturais.

**Palavras-chave:** PRODETUR; Santa Luzia do Itanhy; Turismo.

### **Abstract**

*In Brazil, especially in academic discussions on tourism began to take shape just over two decades, however, in the sphere of government has not yet matured to the point of adopting tourism as a strategically important sector in a meaningful agenda development. In the early 1990s is set in Brazil, the Tourism Development Programme (PRODETUR) directed the*

---

<sup>1</sup> Doutorando em Economia – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG). Brasil. E-mail: luizribeiro@cedeplar.ufmg.br.

<sup>2</sup> Graduada em Turismo pela Universidade Federal de Sergipe. Atual Gerente de Turismo da Secretaria de Estado de Turismo de Sergipe. Brasil. E-mail: klaziakate@hotmail.com.

<sup>3</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Atual Coordenador Geral do PRODETUR Nacional em Sergipe. Brasil. E-mail: joab.turismo@hotmail.com.



*Northeast region with the aim, among others to induce economic development through tourism. In 2008, PRODETUR replaced by national coverage and can meet all the states and cities with over 1 million inhabitants. Thus, the aim of this paper is to present the investment PRODETUR in Santa Luzia do Itanhy-SE, to identify potential tourism in the municipality and outline strategies for local economic development through tourism, looking to control the use of natural resources.*

**Keywords:** PRODETUR; Santa Luzia do Itanhy; Tourism.

## **Resumen**

*En Brasil, en particular en las discusiones académicas sobre el turismo comenzó a tomar forma un poco más de dos décadas, sin embargo, en el gobierno aún no han madurado hasta el punto de adoptar el turismo como una industria estratégica de gran importancia en el desarrollo del programa. A principios de 1990 se establece en el Programa de Desarrollo del Turismo de Brasil (PRODETUR) de la región Nordeste, con el objetivo, entre otros, para inducir el desarrollo económico a través del turismo. En 2008, la cobertura de PRODETUR Nacional se sustituye, y puede satisfacer todos los estados y ciudades con más de 1 millón de habitantes. En consecuencia, este trabajo tiene como objetivo presentar PRODETUR la inversión en Santa Luzia do Itanhy-SE, identificar posibles atracciones turísticas de la ciudad y diseñar estrategias para el desarrollo económico local a través del turismo, teniendo en cuenta el control de la utilización de los recursos naturales.*

**Palabras clave:** PRODETUR, Santa Luzia do Itanhy; Turismo.

## **1. Introdução**

O turismo é uma das atividades que mais tem se destacado nos últimos tempos, não somente por contribuir consideravelmente com o crescimento da economia mundial, mas também por proporcionar desenvolvimento para as diversas regiões que aproveitam o potencial existente. Além disso, promove a valorização da cultura e, conseqüentemente, desenvolve a economia local. Entretanto, tendo em vista o seu crescimento nas últimas décadas, a atividade turística não pode ser vista apenas como um gerador de divisas, ao contrário ela deve ser entendida como um fenômeno social de grande importância para as comunidades receptoras.



No estado de Sergipe, o turismo tem se desenvolvido de forma a priorizar três segmentos turísticos: o turismo de Sol e Praia, Negócios e Eventos e Ecoturismo. No entanto, os roteiros trabalhados pelo estado não contemplam na prática todos os segmentos priorizados, deixando para o visitante que chega a cidade poucas opções de entretenimento. Atualmente, a região sul do estado é uma área estratégica para a atividade turística e por isso concentra uma série de investimentos direcionados a melhoria da infraestrutura dessas localidades.

Nesse sentido, o povoado Crasto, pertencente ao município de Santa Luzia do Itanhy, reúne importante patrimônio ambiental (amplas áreas de manguezais e a principal reserva de Mata Atlântica nativa de Sergipe – o que compreende a Área de Preservação Ambiental (APA) do Litoral Sul) e também comunidades vulneráveis (vilas de pescadores e comunidades quilombolas). Por conta disso, a região apresenta forte apelo turístico, mas se a comunidade local não tiver a oportunidade de protagonizar a exploração deste potencial, de forma que leve em conta sua identidade e valores, o resultado final já é bem conhecido.

Diversos investimentos em infraestrutura estão previstos para esta região no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) Nacional dentre os quais a pavimentação da estrada que interliga a sede do município de Santa Luzia do Itanhy ao Povoado Crasto (em andamento), a urbanização da orla fluvial do Crasto, a ampliação do sistema de abastecimento de água e a implantação de saneamento, também no Crasto. Além destes, vale ressaltar alguns investimentos complementares que gerarão efeitos positivos para a região em pauta, são eles: construção da ponte Porto Cavalão – Terra Caída (em andamento), a qual será responsável pela interligação de Aracaju à Salvador pela Linha Verde (Rodovia dos Côcos), o que reduzirá em 70 km a distância entre as duas capitais. Paralelamente, está ocorrendo a duplicação da BR-101 com recursos federais oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A conclusão dessas obras ampliará o potencial e exploração turística na região.

Dito isto, o objetivo deste artigo é apresentar os investimentos do PRODETUR no município de Santa Luzia do Itanhy, identificar os potenciais turísticos do município e traçar estratégias para o desenvolvimento econômico local por meio do turismo, observando o controle do uso dos recursos naturais. Para tanto, a metodologia utilizada consiste numa revisão da literatura sobre planejamento turístico no Brasil, análise dos programas de desenvolvimento regionais,



turismo de base comunitária e suas compatibilidades com as políticas nacional e estadual de turismo, observação da estrutura local de gestão pública, bem como na análise e interpretação de dados socioeconômicos da região.

O trabalho que segue oferece, na próxima seção, uma breve revisão da literatura sobre o planejamento turístico no Brasil. A seção seguinte realiza um diagnóstico socioeconômico do município de Santa Luzia do Itanhy baseado em dados oficiais. A terceira seção apresenta um histórico resumido do turismo em Sergipe, discutindo seus problemas e potencialidades, bem como discorre sobre os investimentos do PRODETUR em Sergipe e, particularmente, no município em questão, discutindo, de maneira pontual, os principais impactos econômicos e ambientais que esses investimentos podem gerar para a localidade. A quarta seção apresenta como alternativa (estratégia de desenvolvimento) o turismo de base comunitária. O desfecho do artigo ocorre através dos comentários finais dos autores.

## **2. O Planejamento Turístico no Brasil**

As primeiras experiências de planejamento, no seu sentido mais amplo, ocorreram apenas no pós-guerra, mais precisamente no final dos anos 1920, nas áreas econômica e militar. Esse período coincide com o surgimento do estado de bem-estar social keynesiano, pelo qual o estado passa a intervir na economia, a partir da formulação e condução de políticas macroeconômicas com objetivo, grosso modo, de conduzir a economia a estágios superiores de crescimento e desenvolvimento.

Para Mendes (1978), o planejamento econômico praticado no Brasil ao longo do século XX pode ser analisado a partir dos planos nacionais, com destaque para: Programa de Metas (1957-61), o qual representa o início da experiência brasileira de planejamento, Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-65), Plano de Ação Econômica do Governo (1964-66), Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968-70), Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-72), I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-74) e II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1975-79).



É nesse contexto desenvolvimentista, guiado pelos planos econômicos nacionais, que é criada, em 1966, a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), cujo objetivo seria planejar o turismo no Brasil, salientando o aspecto econômico (BARRETO, 2005). Nesta época, o turismo ainda era visto como um simples componente das políticas de desenvolvimento regional e através desse entendimento foi inserido no II PND como uma nova indústria a ser fomentada (BONALD, 1978).

Ruschmann (1997) salienta que poucos trabalhos na literatura se referem especificamente ao planejamento turístico e, quando o fazem, o tema é tratado de maneira assistemática e fragmentada. Ainda assim, o planejamento é uma ferramenta poderosa e fundamental, como ressaltou Hall (2001, p. 29):

Embora o planejamento não seja uma panacéia para todos os males, quando totalmente voltado para processos ele pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, dessa forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo no longo prazo.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, foram criados inúmeros modelos de planejamento turístico, uma vez que este período foi marcado por um forte descontentamento com os métodos tradicionais de se planejar o turismo e, com isso, identificou-se a necessidade de abandonar a associação aos referenciais econômicos e unificar planejamento e pesquisa científica, utilizando modelos teóricos de turismo no planejamento (BARRETO, 2005).

O planejamento turístico, como destacou Beni (2006), possui fortes vínculos com as políticas públicas. Hall (2001) complementou esta afirmação ao mencionar que as políticas e o planejamento são estritamente ligados e sua utilização conjunta é de fundamental importância para o desenvolvimento adequado de um destino. Nas palavras de Cruz (2005, p. 40):

Se as políticas nascem do processo de planejamento, há que se reconhecer que, por outro lado, o planejamento é retro-alimentado pelas políticas dele derivadas, pois é no ambiente das políticas públicas que o planejamento ganha corpo, adquire significado. A política não é apenas um instrumento do planejamento; ela é a sua alma.



Mais recentemente, em 2003, o planejamento turístico no Brasil é consolidado através da criação do Ministério do Turismo. Com sua criação, foi implementado o “Plano Nacional do Turismo – Diretrizes, Metas e Programas”, que estabeleceu os rumos para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil para o período 2003-2007. Ainda assim, Beni (2006) ressalta que apesar do Brasil ter alcançado estágios elevados de qualidade operacional e de planejamento, ao longo dos 30 anos de desenvolvimento, ainda há muitos entraves a serem superados.

Diante da diversidade de usos da atividade turística no território brasileiro, um gargalo significativo para o planejamento está associado a estruturação de ferramentas dirigidas a menores escalas como mesorregiões e microrregiões, organizadas em forma de plano, programa e até projeto capaz de nortear o desenvolvimento do setor. A área estudada conta com o Plano Estratégico Estadual de Turismo (2009 – 2014) e com o Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo de Santa Luzia do Itanhy, elaborado em 2011.

Desse modo, o planejamento de base local pode ser considerado em estágio avançado, embora careça de fontes seguras de investimentos públicos e privados, pode ter suas intervenções orientadas pelo planejamento, além disso, a análise dos documentos permite afirmar que cada escala, nas dimensões priorizadas para o desenvolvimento do turismo, orientou-se pelo Plano Nacional de Turismo, assegurando a compatibilidade com a política nacional de turismo.

### **3. Perfil Socioeconômico de Santa Luzia do Itanhy**

Distante aproximadamente 76 km da capital Aracaju, o município de Santa Luzia do Itanhy localiza-se no sul do estado de Sergipe e possui uma área equivalente a 329,5 km<sup>2</sup>. De acordo com o Censo de 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município é de 12.969 habitantes.

A economia de Santa Luzia do Itanhy detém pouca representatividade produtiva do ponto de vista estadual. No ano de 2008, o Produto Interno Bruto (PIB) da economia santa luziense, de acordo com o IBGE, foi de R\$ 74,6 milhões, representando apenas 0,38% da riqueza



produzida em Sergipe. Seu PIB *per capita* foi de R\$ 5.558, muito abaixo da média estadual de R\$ 9.013.

A produção de bens e serviços do município de Santa Luzia do Itanhy está concentrada no Setor de Serviços, com 64,13% de participação do PIB municipal em 2008, seguido pela Agropecuária com 30,19% e Indústria com 5,68%. De acordo com o Cadastro Central de Empresas, em 2008, o município apresentou apenas 38 empresas e 759 pessoas ocupadas. As principais atividades econômicas são: pecuária bovina de corte, pesca artesanal e produção de laranja e coco.

No campo social, o município ainda se encontra aquém de um padrão digno a seus cidadãos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) santa luziense de 2000, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), vinculado a Organização das Nações Unidas (ONU), foi de 0,545, situando-se abaixo do IDH estadual de 0,687, o que culminou ao município o penúltimo lugar no ranking sergipano.

No intuito de atualizar o dado referente ao IDH-M, os autores recorreram ao índice FIRJAN de desenvolvimento municipal, elaborado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, o qual é composto pelas mesmas variáveis do IDH-M: emprego, renda, educação e saúde. O dado mais recente, disponibilizado em 2010, é referente ao ano de 2007. De acordo com ele, o município de Santa Luzia do Itanhy ocupa o 49º lugar no ranking estadual, apresentando o índice de 0,4889. Por mais que o município tenha apresentado uma melhora em relação ao IDH-M do ano 2000, tais resultados ainda retratam para os entes públicos um caminho complexo para oferecer condições ideais de saúde, educação e renda à população santa luziense.

#### **4. Breve Histórico do Turismo em Sergipe**

No Brasil, em especial no âmbito acadêmico, as discussões sobre turismo começaram a ganhar corpo há pouco mais de duas décadas, no entanto, na esfera governamental ainda não amadureceram a ponto de se adotar estrategicamente o turismo como um setor de importância significativa numa agenda de desenvolvimento.



Este debate é desenvolvido por diversos autores, cujo sentido centra no fato de atribuir ao turismo um importante papel na geração de emprego, principalmente por ser intensiva em mão-de-obra e de gerar divisas para o país<sup>4</sup>, bem como na capacidade de impactar positivamente outras atividades econômicas (ANDRADE e SANTOS, 2004).

A receita cambial gerada pelo turismo no Brasil em 2008 foi de aproximadamente US\$ 5,8 bilhões, o que correspondeu à aproximadamente 30% da receita gerada na América do Sul, mas ainda acanhado 0,6% em relação ao mundo<sup>5</sup>. Na composição do PIB - Nacional, para o mesmo ano, essa receita representou apenas 0,4%. Não obstante, o turismo sergipano representa um percentual de 0,3% na composição do PIB - estadual, menor do que a nacional, que foi de aproximadamente R\$ 18 bilhões.

O desenvolvimento do setor turístico em Sergipe enfrenta quatro aspectos negativos principais, i) A concorrência de outros destinos do Nordeste brasileiro; ii) a não consolidação de uma identidade do destino turístico Sergipe com público-alvo; iii) incipiente diversificação do produto turístico e iv) confusa institucionalização do setor.

As duas primeiras características possuem provavelmente a mesma causa, serem fruto de ineficiente e descontinuada estratégia de divulgação do estado interna e externamente<sup>6</sup>. Além disto, vale acrescentar que a infraestrutura básica e turística é um ponto importante de estrangulamento do setor. Já as duas últimas características estão vinculadas à indefinida estratégia de gestão estadual do turismo e ao conflito de criação, extinção e recriação de órgãos oficiais de turismo nos últimos cinco anos.

A exploração do turismo sergipano é notadamente destacada em duas regiões chamadas Polo Costa dos Coqueirais e Polo Velho Chico. Essa denominação é oriunda da primeira fase do PRODETUR Nordeste que determinava o incremento do turismo a partir de polos de desenvolvimento capazes de induzir as demais regiões<sup>7</sup>. Nestas regiões, dados os elementos de identidade da oferta e das características variáveis da demanda, é possível apontar como segmentos prioritários, o sol e praia, negócios e eventos e o ecoturismo. Estes segmentos

<sup>4</sup> Cabe salientar que no caso do Brasil, historicamente, a conta “viagens internacionais” tem saldo negativo, não contribuindo assim para a geração de divisas.

<sup>5</sup> Ver Ministério do Turismo, seção Dados e Fatos.

<sup>6</sup> Por isso a preocupação do PRODETUR na execução do Plano de Marketing.

<sup>7</sup> De certa forma, a ideia assemelha-se ao polos de crescimento de Perroux (1967).



reúnem atrativos naturais, serviços e equipamentos que formam os produtos turísticos, também conhecidos como roteiros turísticos.

De acordo com a roteirização elaborada pelo Ministério do Turismo, entende-se por roteiro turístico, um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro. Essas orientações auxiliam na integração e organização de atrativos, equipamentos, serviços turísticos e infraestrutura de apoio do turismo, resultando na consolidação dos produtos de uma determinada região. Entre os principais roteiros turísticos de Sergipe estão o roteiro do sertão ou roteiro Xingó, roteiro Aracaju e praias, roteiro litoral sul, roteiro litoral norte e roteiro foz do São Francisco (BRASIL, 2007a).

Toda essa estrutura de regionalização, segmentos e roteiros turísticos, só foi possível a partir da criação do Ministério do Turismo em 2003, quando foram organizados os critérios técnicos e as diretrizes políticas do turismo brasileiro. Até então as atividades de planejamento do turismo, especialmente no Nordeste brasileiro, baseavam-se nas orientações do PRODETUR.

No início da década de 1990 é instituído no Brasil o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) dirigido a região Nordeste com objetivo, dentre outros, de induzir o desenvolvimento econômico pelo turismo. Em 2008, o PRODETUR passa a ter abrangência Nacional, podendo atender todos os estados e cidades com mais de 1 milhão de habitantes, de acordo com a definição do Regulamento Operacional do Programa:

O PRODETUR Nacional é uma Linha de Crédito Condicional (CCLIP) do BID e inclui ações nos âmbitos regional, estadual e municipal, tendo por objetivo contribuir para o fortalecimento da Política Nacional de Turismo, bem como consolidar a gestão turística cooperativa e descentralizada, avançando rumo a um modelo de desenvolvimento turístico a partir do qual os investimentos dos governos estaduais e municipais respondam tanto às especificidades próprias como a uma visão integral do turismo no Brasil. Integrarão o CCLIP Operações Individuais de Crédito que, uma vez aprovadas pela Diretoria Executiva do BID, serão objeto de Contratos de Empréstimo entre o BID e cada Mutuário (BRASIL, p.7, 2008).

O Programa conta com a participação de 20 estados e 12 municípios brasileiros, totalizando mais de US\$ 870 milhões em propostas de financiamento já aprovadas.



## 4.1. O PRODETUR Nacional em Sergipe

O PRODETUR Nacional em Sergipe visa melhorar a estrutura turística do estado, promovendo ao mesmo tempo a inclusão social, implementando um conjunto de intervenções estratégicas em infraestrutura, em capacitação para a gestão e em qualificação dos produtos, em ações de preservação do patrimônio material e imaterial, dentre outras. Dessa forma, pretende-se que as relações sociais e os valores culturais específicos sejam fortalecidos através do tratamento de espaços e edificações de interesse especial e da divulgação do turismo sergipano, gerando, assim, maior qualidade de vida da população permanente nos polos turísticos.

Destaca-se que os recursos oriundos do PRODETUR Nacional só podem ser destinados aos municípios sergipanos inseridos nos polos turísticos e cujas ações constem dos seus Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). O quadro 1 revela as cidades contempladas pelos polos.

**Quadro 1: Municípios Sergipanos e Polos Turísticos**

<b>Polo Costa dos Coqueirais</b>	<b>Polo Velho Chico</b>
Aracaju	Amparo de São Francisco
Barra dos Coqueiros	Canhoba
Brejo Grande	Canindé de São Francisco
Estância	Cedro de São João
Indiaroba	Gararu
Itaporanga d'Ajuda	Ilha das Flores
Laranjeiras	Itabi
Nossa Senhora do Socorro	Japoatã
Pacatuba	Monte Alegre de Sergipe
Pirambu	Neópolis
Santa Luzia do Itanhy	Nossa Senhora Aparecida
Santo Amaro das Brotas	Nossa Senhora de Lourdes
São Cristóvão	Poço Redondo
	Porto da Folha
	Própria
	Santana do São Francisco
	Telha

Fonte: Unidade de Coordenação de Projetos do PRODETUR Nacional em Sergipe, 2010.

De maneira geral, os municípios pertencentes ao Polo Costa dos Coqueirais estão localizados ao longo da faixa litorânea, caracterizando o turismo realizado nesta área como de sol e praia. Contudo, algumas cidades como Laranjeiras e São Cristóvão se destacam pelo potencial turístico cultural. Já as cidades que constituem o Polo Velho Chico estão localizadas na região norte do estado, margeando o Rio São Francisco e a caracterização turística predominante desta região é o ecoturismo. Através da figura 01 é possível ter uma distribuição espacial dos polos.



**Figura 01:** Polos turísticos de Sergipe

Fonte: Unidade de Coordenação de Projetos do Prodetur Nacional em Sergipe, 2010.

Uma das etapas do Programa é a negociação de financiamento externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de U\$ 100 milhões, expressos na Carta Consulta de 2008, para ser investido na área de turismo do estado. Vale destacar que as ações em infraestrutura e serviços básicos detêm a maior parcela do investimento (65%). Entretanto, ações em infraestrutura geram maior dinamismo na economia através dos efeitos multiplicadores de emprego e renda, além dessas ações apresentarem naturalmente custos de projetos e execução mais elevados.



## 4.2. Investimentos do PRODETUR Nacional em Santa Luzia do Itanhy

Atualmente, existem três ações diretas do PRODETUR Nacional destinadas ao município de Santa Luzia do Itanhy, o que totaliza recursos superiores a R\$ 10 milhões. As ações são discriminadas abaixo:

- Implantação de Rodovia interligando o povoado Crasto à sede do município;
- Implantação e melhoria de infraestrutura turística;
- Implantação de sistema de esgotamento sanitário.

A população residente do povoado Crasto, localizado no município de Santa Luzia do Itanhy, sofre para se deslocar para a sede do município ou para fora da cidade, uma vez que o percurso de 8 km que separam o povoado da sede é realizado através de uma estrada de piçarra em péssimas condições, piorando nos períodos de chuva e ocasionando diversos acidentes.

Nesse sentido, a implantação desta rodovia viabilizará o melhoramento do acesso turístico à praia que se localiza no povoado Crasto e beneficiará diretamente a população local. O potencial turístico está estabelecido na região, entretanto apresenta algumas carências no que diz respeito à infraestrutura de acesso, o que representa um gargalo a ser resolvido. A sua localização é privilegiada, pois se encontra inserida numa área de preservação ambiental, formada por mangues, praias, dunas e Mata Atlântica. Desta maneira, a construção da rodovia justifica-se plenamente, não apenas por potencializar a dinâmica turística de toda a região, mas também por promover a maior segurança da comunidade local.

A comunidade do Crasto enfrenta vários problemas de ordem socioeconômica, comum a pequenos povoados do Brasil. É uma população pobre com poucas oportunidades de emprego ou fonte de renda e carente principalmente de serviços e equipamentos médico - hospitalar e educacional<sup>8</sup>. No que tange ao desenvolvimento do turismo na região, bem como na geração de empregos diretos e indiretos, a melhoria da infraestrutura turística é fundamental. Quanto

---

<sup>8</sup> Ver indicadores trazidos na seção 2.



melhor e mais diversificada a infraestrutura do município, maiores serão as chances de incrementar o fluxo turístico.

Os investimentos do PRODETUR Nacional relativos à infraestrutura turística do Crasto serão basicamente para a construção da orla, incluindo pavimentação, quiosques, atracadouro, beneficiamento de pescado e estacionamento para ônibus. É interessante destacar que a implantação do sistema de esgotamento sanitário apresenta-se como um investimento complementar à construção da orla e atenderá toda a comunidade do Crasto.

## **5. Impactos Econômicos**

Do ponto de vista de impactos econômicos na comunidade, a literatura menciona como principal benefício a geração de empregos diretos e indiretos criados na região de destinação turística. Todavia, na maioria das vezes, a população local não possui qualificação adequada para assumir os novos postos de trabalho gerados pela criação dos empreendimentos turísticos na localidade. Em relação aos cargos de gerência, ou de maior escalão, esses são ocupados por profissionais de outras regiões, o que representa um ponto negativo (BENI, 2006).

O componente de estratégia do produto turístico, no âmbito do PRODETUR, prevê ações de capacitação e qualificação da mão-de-obra local para aproveitamento nos equipamentos turísticos, todavia, cabe ressaltar que os equipamentos de usos público e a prógeia gestão pública tem a mesma carência de qualificação, portanto, faz-se necessária a complementação do programa de turismo com outros programas de governo ou do sistema “S” no sentido de apoiar a viabilidade do maior aproveitamento das pessoas da comunidade no desenvolvimento do setor.

Os primeiros passos para o planejamento foram dados com a elaboração de planos de turismo estadual, regional e local, corroborando com o reforço de Moraes (2005) sobre a necessidade de planejamento e regulação para o turismo, principalmente quando a atividade é promotora de novas formas de ocupação do território, neste caso, com meios de hospedagem que deverão se iniciar como novo uso dos antigos engenhos presentes no município.



Vale lembrar, como destaca Beni (2006), que o turismo é uma atividade comercial que compreende o setor terciário da economia e se desenvolve em regiões onde as atividades primárias, pesca e agricultura, são predominantes. Somado a isso, a falta de empresas que englobam o segundo setor da economia nas localidades em que o turismo é explorado, ou a falta de relacionamento com as empresas existentes, resulta na busca por fornecedores externos (efeitos de vazamento). Por isso que as relações entre os empreendimentos turísticos e a comunidade ficam restritas a um pequeno número de atividades como, passeios, pousadas, restaurantes, comercialização de artesanato etc.

Cooper (2001) destaca que os gastos dos turistas representam apenas uma parcela dos impactos econômicos. No intuito de se obter um resultado mais consistente, outros pontos devem ser destacados como, por exemplo:

- Efeitos indiretos e induzidos ao longo da cadeia produtiva;
- “Vazamentos” de gastos locais através da importação de produtos com objetivo de suprir a necessidade de turistas;
- Atração da mão-de obra de outros setores para o turismo.

Os efeitos multiplicadores dos investimentos em turismo, os vazamentos, a geração de emprego e renda e os encadeamentos a montante e a jusante de uma determinada cadeia produtiva podem ser calculados através da utilização de modelos de insumo-produto. Não foi feito aqui simulações desta natureza, pois iria além da proposta do presente trabalho. Mas, existem uma série de trabalhos na literatura internacional e nacional (MESCON e VOZIKIS, 1985; TEIXEIRA *et al.*, 1998; FRECHTLING e HORVÁTH, 1999; CASIMIRO FILHO e GUILHOTO, 2003; TAKASAGO *et al.*, 2008; RIBEIRO *et al.*, 2012a; RIBEIRO *et al.*, 2012b) que utilizaram tal instrumento para mensurar impactos de investimentos turísticos.

Outros modelos também são apresentados na literatura para medir impactos econômicos do turismo como, por exemplo: modelos econométricos (AZZONI e MENDES, 2008) e modelos mais complexos de Equilíbrio Geral Computável (DWYER *et al.*, 2004; THE CENTRE FOR SPATIAL ECONOMICS, 2008; HADDAD *et al.*, 2010).



## 6. Impactos Ambientais

Nas últimas décadas, a preocupação com o meio ambiente vem crescendo exponencialmente, em função da escassez dos recursos naturais, devido, em parte, ao elevado crescimento populacional e industrial. Para Ruschmann (1997), os impactos do turismo remetem-se às transformações ocasionadas pelo processo de desenvolvimento turístico nos locais receptores. Os fatores que provocam esses impactos têm naturezas diversas; entretanto, os resultados são geralmente irreversíveis quando acontecem no meio-ambiente.

Autores como Beni (1997), Ruschmann (1997) e Barreto (2005), salientam a importância do turismo como uma atividade sustentável, ou seja, é um meio de conhecer e satisfazer os desejos dos turistas, associados aos saberes e fazeres das comunidades receptoras, protegendo sua cultura e recursos naturais para uso das futuras gerações.

A área estudada apresenta trechos de Mata Atlântica, compreendendo uma área de preservação ambiental (APA), nesse sentido, a elaboração de estudos de impactos ambientais é uma exigência prévia para a implantação de quaisquer ações de infraestrutura com recursos oriundos do PRODETUR Nacional.

Nesse contexto, uma fonte promissora de geração de empregos está relacionada com a preservação ambiental. A partir da criação de ONGs de preservação e parques nacionais, vários moradores das regiões turísticas têm sido contratados para trabalhar na proteção dessas áreas e nas demais questões referentes ao meio ambiente, notadamente na criação e manutenção de Unidades de Conservação (UC's). A participação direta da comunidade local é de suma importância para mostrar os benefícios econômicos gerados pela proteção ambiental, o que despertará maior interesse na comunidade em preservar (BENI, 2006).

Um dos maiores impactos ao ambiente é o lançamento de efluentes nos corpos d'água, incluindo vários prejuízos à biota do corpo receptor e seus afluentes (PORTELA *et al.*, 2009). Diante disso e paralelo à crescente geração de efluentes, estão sendo estudados processos que garantam uma maior eficiência no tratamento. Para o município de Santa Luzia do Itanhy, por exemplo, o sistema de esgotamento e tratamento a ser implantado no povoado Crasto, no âmbito do PRODETUR Nacional, traz como peculiaridade um processo oxidativo avançado,



representado pelo processo fotoquímico utilizando ultra-violeta (UV), o que demonstra um avanço nas questões de sustentabilidade ambiental por parte da gestão pública.

Outro importante aspecto ambiental remete à gestão de resíduos sólidos, o que por lei é competência do município. Vale lembrar que no Brasil, foi aprovada e sancionada em 2010 a Política Nacional dos Resíduos Sólidos – PNRS, lei nº 12.305/2010, regulamentada no decreto nº 7.404 que prevê, entre outros instrumentos, a concessão de subsídios e incentivos fiscais para a atividade de reciclagem.

A literatura econômica recente vem demonstrando a viabilidade econômica, social<sup>9</sup> e ambiental da reciclagem. Por exemplo, Calderoni (1997) estima em mais de um bilhão de reais o valor dos resíduos recicláveis desperdiçados no lixo. Já Freitas e Damásio (2009) calculam em mais de 700 milhões a economia potencial de recursos, direta e indireta, que o Estado da Bahia deixou de obter no ano de 2003. Em 2010, um trabalho publicado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), intitulado Pesquisa sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos, calculou em R\$ 8 bilhões de reais anuais os benefícios potenciais da reciclagem para a sociedade brasileira, caso todo resíduo reciclável que é encaminhado para aterros e lixões das cidades brasileiras fosse efetivamente reciclado (IPEA, 2010).

Nesse sentido, é importante o município começar a pensar na elaboração do Plano Municipal de Resíduos, uma vez que a lei garante privilégios referentes à captação de recursos federais destinados a esta área para aqueles municípios que tiverem tal plano elaborado.

Além dos fatores mencionados acima, os próprios moradores da região devem ser os principais atores no processo de preservação ambiental. Sabe-se que é necessária a exploração dos atrativos naturais por parte da comunidade local, todavia tal exploração deve estar em consonância com os preceitos de sustentabilidade (RUSCHMANN, 1997; MORAES, 2005).

---

<sup>9</sup> Inclusão social dos catadores de materiais recicláveis.



## 7. Turismo de Base Comunitária em Santa Luzia do Itanhy

As proposições da teoria territorial do desenvolvimento, do desenvolvimento autocentrado e do desenvolvimento de cima para baixo (*top-down*) aparecem como uma reação à insatisfação provocada pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento “a partir de fora” proposto nos anos 1960 e 1970. O desenvolvimento endógeno, por outro lado, propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. Isto leva a diferentes caminhos de desenvolvimento, conforme as características e as capacidades de cada economia e sociedade local (BARQUERO, 2001).

Entre os segmentos turísticos identificados e estudados pelo Ministério do Turismo, foi incorporado o turismo de base comunitária, compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultural local e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (BRASIL, 2008).

Três documentos propõem a estruturação das demandas da população local, o Plano Diretor de Santa Luzia do Itanhy e o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Costa dos Coqueirais e, recentemente em elaboração o Plano de Gestão Turística de Santa Luiza do Itanhy, ambos elaborados com recursos do Ministério do Turismo e Secretaria de Estado do Turismo.

Além das ações de infraestrutura básica e de apoio turísticos previstas nessas ferramentas de planejamento podem-se verificar algumas demandas que reforçam o protagonismo local como a capacitação para qualidade no atendimento, segurança alimentar, roteirização turística e qualificação artesanal e turismo associado à pesca.

A atividade do turismo deve servir como estímulo às manifestações da alteridade e da identidade cultural local. Entretanto, as manifestações culturais locais devem evitar armadilha



de se tornarem apenas o reflexo daquilo que o turista busca encontrar na comunidade (BARRETO, 2005).

O estudo do turismo de base comunitária é um trabalho marcado por dois movimentos: um de construção teórica sobre o lugar turístico como possibilidade de lugar relacional. Lugar como espaço vivido, como sítio simbólico de pertencimento, cujas fronteiras são dadas pela identidade comunitária e essas são condições para o desejo de vínculos, de relações com quem possua outras referências identitárias. O outro movimento é o da verificação empírica, que fornece as fontes de construção, análise e reflexão em exemplos desse tipo de organização no Brasil, que detém na diversidade de contextos sua característica principal (BARTHOLO *et al.*, 2009 *apud* ZAOUAL, 2006).

No contexto do turismo de base local, a composição da oferta para o município de Santa Luzia do Itanhhy incorpora atrativos capazes de diversificar a oferta de sol e praia e atingir segmentos como rural e ecoturismo, incluindo atividades relacionadas à pesca artesanal; beneficiamento da pesca e gastronomia típica a base de aratu, camarão e variados peixes e crustáceos; a experiência com o artesanato de palha; o bioma do manguezal; os antigos engenhos, hoje casarões adaptados e uma cachaçaria de produção artesanal. Toda essa riqueza de atrativos pode ser adaptada num roteiro de até dois dias capaz de provocar permanência mínima de um pernoite, em que os moradores ofereceriam suas casas como meio de hospedagem.

Um reforço para a localidade foi a chegada do Instituto de Pesquisas em Tecnologias e Inovação (IPTI) que é uma instituição científica e tecnológica que tem por missão promover, continuamente, um ambiente favorável à pesquisa e à inovação, voltada, sobretudo à promoção de desenvolvimento social e econômico sustentável, tendo como áreas prioritárias de pesquisa e desenvolvimento da instituição educação, saúde e economias criativas.

Em 2007, o IPTI se torna importante referência institucional do município de Santa Luzia do Itanhhy, instituído como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, com sede instalada no povoado Crasto, é responsável pela instalação do centro de vocação tecnológica, pelo projeto de museu do Macaco Guigó, entre outros projetos de inovação tecnológica, inclusive voltada para o artesanato. Recentemente, assinou contrato de gestão



definindo suas formas de parceria com o Governo do Estado. Em 2010, o IPTI firmou convênio com o Ministério do Turismo para elaboração do Plano de Gestão do Turismo do município de Santa Luzia do Itanhy, baseado nos principais ativos imateriais locais, na sistematização do processo de forma que ele possa ser re-aplicado em outras regiões do estado.

## **8. Considerações Finais**

O estudo dirigido a este artigo permite concluir que o município de Santa Luzia do Itanhy é o primeiro destino sergipano a construir um Plano de Gestão do Turismo, antes mesmo da capital Aracaju que iniciou discussões no âmbito do Plano de Desenvolvimento do Turismo e do segundo maior destino em fluxo turístico que é Canindé de São Francisco.

Outra consideração importante é que as atividades econômicas desenvolvidas no município são capazes de facilmente compatibilizar-se ao turismo, não tendo nele uma atividade concorrente, mas complementar; é o caso da pesca, do artesanato, da agricultura de côco, entre outras.

Os investimentos previstos no PRODETUR Nacional são por um lado capazes de estruturar o destino em infraestrutura básica e turística, por outro, não dão conta da qualificação dos serviços e atrativos e da integração entre gestão pública municipal, estadual e interesse do setor privado.

Por fim, observa-se um destino com reserva de área de proteção ambiental, beneficiado pela natureza com infinita beleza do ecossistema presente, mas dependente da execução e monitoramento do seu plano de gestão que deve ser capaz de nortear ações de integração e compatibilidades entre as produções locais, os interesses dos turistas e dos empresários do setor e interesses da comunidade local.

Pela polarização e concentração dos investimentos e envolvimento da representatividade local e regional, deverá ser um dos primeiros, senão o primeiro destino sergipano capaz de ofertar ao mercado turístico o segmento de turismo de base comunitária.



## Referências

- ANDRADE, J. R. L., SANTOS, C. A. J. Eventos e estratégia de desenvolvimento turístico. O caso de Aracaju. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9796. Vol. IX, n. 543, 30 de octubre de 2004.
- AZZONI, C. R.; MENEZES, T. A. *Estimating the cost competitiveness of international tourist destinations*. In: Anais 14º Encontro da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Tomar, 2008.
- BARRETO, M. *Planejamento responsável do turismo*. Campinas/SP: Papirus, 2005.
- BARQUERO, A. V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. – Porto Alegre: Fundação de economia e estatística, 2001.
- BARTHOLO, R., SANSOLO, D., BURSZTYN, I. *Turismo de base comunitária*. Brasília, Nova Letra Gráfica e Editora, 2009.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.
- BONALD, O. *Planejamento e organização do turismo*. Recife/PE: EMPETUR, 1978.
- BRASIL, Ministério do Turismo. *Regulamento Operacional*. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas\\_acoes/regionalizacao\\_turismo/downloads\\_regionalizacao/Regulamento\\_Operacional.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/Regulamento_Operacional.pdf)>. Acesso em: 25 de maio de 2011.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Turismo – Mtur. *Revista Brasil, país plural, região Nordeste, Sergipe*. Brasília, 2008.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Turismo – Mtur. *Introdução à Regionalização do Turismo*. Brasília, 2007a.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010*. Brasília, MTur, 2007b.
- CALDERONI, S. *Os bilhões perdidos no lixo*. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1997.
- CASIMIRO FILHO, F.; GUILHOTO, J. J. M. Matriz de insumo-produto para a economia turística brasileira: construção e análise das relações intersetoriais. *Análise Econômica*, v. 21, n. 40, 2003.
- COOPER, C. *et al. Turismo, princípios práticos*. São Paulo: Bookman, 2001.
- CRUZ, R. C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. *Geosul*, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 27-43, 2005.
- DWYER, L.; FORSYTH, P.; SPURR, R. Evaluating tourism's economic effects: New and old approaches. *Tourism Management*, v. 25, p. 307-317, 2004.
- FREIRE, L. L. R. Modelo de avaliação do PRODETUR/NE – III: Base conceitual e metodológica. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. *Série Documentos do ETENE* n.3, 2005.
- FRECHTLING, D. C., HORVÁTH, E. Input-output model estimating the multiplier effects of tourism expenditures on a local economy through a regional. *Journal of Travel Research*, v. 37, 1999.
- FREITAS, L. F. S.; DAMASIO, J.; Potencial econômico da reciclagem de resíduos sólidos urbanos na Bahia. *Revista Econômica do Nordeste*, volume 40, nº 02, abril – junho, 2009.
- HADDAD, E. A. *et al. Estudo de impactos socioeconômicos potenciais dos investimentos do PRODETUR Nacional - Rio de Janeiro*. Relatório Final. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2010.



HALL, C M. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. *Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para a gestão de resíduos sólidos. Relatório de Pesquisa*. 2010. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/relatorio-da-pesquisa-pagamento-por-servicos-ambientais-urbanos-para-gestao-de-residuos-solidos--bp--313.html>>. Acesso em: 20 de abr. 2010.

MENDES, A. G. *A experiência de planejamento econômico no Brasil*. In: Cintra, A. O.; Haddad, P. R. Dilemas de planejamento urbano e regional no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MESCON, T. S., VOZIKIS, G. S. The economic impact of tourism at the port of Miami. *Annals of Tourism Research*, v. 12, n. 4, 1985.

MORAES, A. C. R. *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Annablume, 2005.

PERROUX, F. *A economia do século XX*. Porto: Herder, 1967.

PORTELLA, L. C., SANTANA, G. D. S., LIMA, A. S., CAVALCANTI, E. B. *Estudo da variação do ddp no processo de separação O/A*. In: VIII Congresso Brasileiro de Engenharia Química em Iniciação Científica, Uberlândia-MG, 2009.

RIBEIRO, L. C. S., ANDRADE, J. R. L., PEREIRA, R. M. *Estimation of the economic benefits of National PRODETUR in Sergipe*. In: Advanced Research Workshop in Tourism Economics. Coimbra/Portugal, 2012a.

RIBEIRO, L. C. S., ANDRADE, J. R. L., MOTTA, G. P. *Efeitos multiplicadores dos gastos turísticos em Sergipe: Uma análise inter-regional de insumo-produto*. In: III Encontro de Economia do Espírito Santo, Vitória/ES, 2012b.

RUSCHMANN, D. V. M. *Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio-ambiente*. Campinas-SP: Papirus, 1997.

TAKASAGO, M. O potencial criador de emprego e renda do turismo no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico* (Rio de Janeiro), v. 40, 2010.

TEIXEIRA, M.S.G., CASTELAR, L.I., SOARES, F.A. Impactos de gastos turísticos sobre produto, renda e emprego usando a matriz de insumo-produto estadual. *Textos para discussão*, nº173, CAEN, Universidade Federal do Ceará – Pós Graduação em Economia, 1998.

THE CENTRE FOR SPATIAL ECONOMICS. *The Ontario Tourism Regional Economic Impact Model (TREIM)*, Report prepared for Ministry of Tourism and Recreation, 2008. Disponível em: <<http://www.tourism.gov.on.ca/english/research/treim/index.html>>.

**Recebido em: 15/02/2012 (1ª versão) – 22/11/2012 (2ª versão)**

**Aprovado em: 31/01/2013**